

**ENTRE IMAGENS E FLAGELOS: O REGIONALISMO CABO-VERDIANO DE  
MANUEL LOPES**

BETWEEN IMAGES AND FLAGELLA: THE REGIONAL SECTIONALISM  
CAPEVERDIANOF MANUEL LOPES

Francyéle Ribeiro da Silva <sup>1</sup>  
Silvana Rodrigues Quintilhanos <sup>2</sup>

**RESUMO:** O presente artigo tem por objetivo analisar a obra *Os Flagelados do Vento Leste* (1959), do escritor cabo-verdiano Manuel Lopes, evidenciando sua contribuição para desenvolvimento da literatura de Cabo Verde, a partir de uma perspectiva regionalista. Nesta obra, Manuel Lopes apresenta ao leitor o painel da difícil realidade a que são submetidos os habitantes de Santo Antão, vítimas de confinamento insular e dos fenômenos naturais que afligem a região. Desta forma, esta análise entenderá o regionalismo como uma corrente atemporal, conforme Ligia Chiappini (1995), que não exclui o universalismo da obra e procurará identificar as especificidades da paisagem, da estrutura e organização da sociedade cabo-verdiana, seus costumes, gastronomia, música, forma de falar como tradução para construção da identidade nacional. Para tanto, utilizaremos como subsídios teóricos Manuel Ferreira (1997), Daniel Spínola (1998), Simone Caputo Gomes (2008) (2015), João Paulo Madeira (2014), Maria Aparecida Santilli (1985), Maria Nazareth Soares Fonseca e Terezinha Taborna Moreira (2014), dentre outros.

**PALAVRAS-CHAVE:** Literatura Cabo-verdiana. Regionalismo. Identidade Nacional.

**ABSTRACT:** This article aims to analyze the work *The flagellates East Wind* (1959), Cape Verdean writer Manuel Lopes, highlighting their contribution to the development of Cape Verde literature, from a regionalist perspective. In this work, Manuel Lopes introduces the reader to the hard reality that the panel are subjected the inhabitants of St. Anthony, victims of insular confinement and natural phenomena that afflict the region. Thus, this analysis understand regionalism as a timeless current, as Ligia Chiappini (1995), which does not exclude the universalism of the work and seek to identify the specifics of the landscape, the structure and organization of the Cape Verdean society, customs, cuisine, music, way of speaking as a translation for the construction of national identity. Therefore, we will use as theorists subsidies Manuel Ferreira (1997), Daniel Spínola (1998), Simone Caputo Gomes

<sup>1</sup> Graduação em Letras Português/Inglês na Universidade do Norte do Paraná (UENP).

<sup>2</sup> Doutora em Letras, na área de Estudos Literários, pela Universidade Estadual de Londrina - UEL. Mestre em Estudos Literários, pela Universidade Estadual de Londrina - UEL. Especialista em Literatura Brasileira, pela Universidade Estadual de Londrina - UEL. Atua como docente no curso de pós-graduação em Estudos Contemporâneos em Literatura, na UENP- CP, ofertado pelo GP CRELIT e como docente no Curso de Letras da UNESPAR - Campus Apucarana. Integrante do Grupo de Pesquisa CRELIT, vinculado a UENP-CP, do Grupo de Pesquisa EDITEC, vinculado a UTFPR-CP e do Grupo de Pesquisa Literatura Afro-Brasileira e sua Divulgação em Rede, vinculado a UEL. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Literatura Brasileira, Literatura Africana, atuando principalmente nos seguintes temas: Literatura e Estudos Culturais, Literatura Africana e Afro-Brasileira..

(2008) (2015), João Paulo Madeira (2014), Maria Aparecida Santilli (1985), Maria Nazareth Soares Fonseca e Terezinha Taborna Moreira (2014), among others.

**KEYWORDS:** Literature Cape Verde. Regionalism. National Identity.

## 1. INTRODUÇÃO À LITERATURA CABO-VERDIANA

As literaturas africanas de língua portuguesa são relativamente jovens no contexto mundial das literaturas e o seu aparecimento “[...] resultou, por um lado, de um longo processo histórico de quase quinhentos anos de assimilação [...] e, por outro, de um processo de conscientização que se iniciou nos anos 40 e 50 do século XIX [...]” (FONSECA; MOREIRA, 2014, p. 1).

Na tentativa de periodizar estas literaturas de um modo global, Manuel Ferreira em *Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa — I* (1977) as dividem em três grandes momentos: literatura das descobertas e expansão, literatura colonial e autêntica literatura (de Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau, Angola e Moçambique).

Parafraseando Ferreira (1977), o momento rotulado de literatura colonial equivale ao período em os escritores africanos buscaram inspiração nos modelos europeus, dando maior ênfase às fontes exteriores em detrimento de temas de sua própria terra. Esta literatura define-se essencialmente pela escrita literária vincular-se aos padrões culturais europeus. Assim, o homem branco é representado como portador de uma cultura superior e elevado à categoria de herói mítico, enquanto que para o homem negro predomina a ideia de inferioridade, pois este “[...] aparece como que por acidente, por vezes visto paternalisticamente e, quando tal acontece, é já um avanço, porque a norma é a sua animalização ou coisificação” (FERREIRA, 1977, p.10).

Na segunda metade do século XIX, paralelamente a literatura colonial, começaram a surgir textos de alguns escritores que já não poderiam se enquadrar nesta categoria, pois apesar de serem falhos na representação do universo africano já enjeitavam a exaltação do homem branco. Trate-se de autores que ainda não havia assumido uma atitude de oposição, o que viria a caracterizar posteriormente a autêntica literatura africana de língua portuguesa, mas

[...] irrealista seria exigir isso de homens que viveram num período em que a institucionalização do regime colonial dificultava uma consciência anti-colonialista ou outra atitude que não fosse a de aceitá-la como consequência fatal da história. Manifestar nessa época recuada um sentimento africano ou

uma sensibilidade voltada já para os dados do mundo africano constitui hoje, a nossos olhos, um acto de novidade e de pioneirismo. Eles são, com efeito, e neste quadro, os antecessores de uma negritude ou de uma africanidade (FERREIRA, 1977, p.14-15).

A produção literária anterior a esta é rotulada por Ferreira como literatura das descobertas e expansão. Momento este que equivale à literatura feita não pelos africanos, mas sim pelos “[...] portugueses que, não só na historiografia, nas crônicas, como na poesia, nos depoimentos científicos e religiosos davam seu testemunho ou impressões sobre a África "bárbara", exótica, a que os levava a expansão ultramarina”. (SANTILLI, 1985, p.3).

Trata-se, portanto, de uma produção que nada tem haver com a autêntica literatura africana de língua portuguesa, pois apenas testemunhava o esforço lusíada da época renascentista e enaltecia a cultura portuguesa.

Ao momento rotulado de “autêntica literatura cabo-verdiana” considera-se aquela que exprime a cabo-verdianidade, ou seja, o conjunto de textos cujo enunciado reflete o real cabo-verdiano.

Em outro texto, intitulado *O discurso no percurso africano I* (1989), Manuel Ferreira, citado por Fonseca & Moreira (2014), propõe quatro momentos no processo evolutivo das literaturas da África lusófona: No primeiro momento, o escritor se verga pela alienação cultural. No segundo momento, há certa percepção da realidade. O terceiro momento configura-se pela consciência de colonizado e início de processo de desalienação. O quarto momento corresponde à fase histórica de independência nacional, proliferando a prática literária e o amadurecimento crítico.

Assim como Manuel Ferreira, Patrick Chabal em *Vozes moçambicanas: literatura e nacionalidade* (1994) também propõe quatro fases abrangentes das literaturas africanas de língua portuguesa, porém numa perspectiva mais historicista. Para ele as fases são configuradas da seguinte forma: primeira fase é denominada assimilação europeia. A segunda fase é da resistência e inserção da cultura africana, como processo de conscientização do homem africano. A terceira fase, depois da independência, é caracterizada pela afirmação do escritor africano. A quarta fase, da atualidade, é da consolidação do trabalho literário, fase de amadurecimento cultural e de construção de identidade nacional de cada país.

Fonseca e Moreira em *Panorama das Literaturas Africanas de Língua Portuguesa* (2014) observam que se quisermos ter uma visão de conjunto das literaturas africanas de língua portuguesa, torna-se necessário considerar além das fases da produção de textos

propostas tanto por Ferreira quanto por Chabal também os grandes momentos de ruptura com os códigos estabelecidos. Segundo as autoras, “a crítica e os historiadores concordam que os fundamentos desses momentos caracterizam-se pelo surgimento de movimentos literários significativos ou de obras importantes para o desenvolvimento das literaturas [...]”. (FONSECA; MOREIRA, 2014, p.3).

Citam como momentos de ruptura a publicação da revista *Claridade* (1936-1960) em Cabo Verde; a publicação do livro de poemas *Ilha de nome santo* (1942), de Francisco José Tenreiro em São Tomé e Príncipe; o movimento *Vamos descobrir Angola* (1948) e a publicação da revista *Mensagem* (1951-1952) em Angola; a publicação da revista *Msaho* (1952) em Moçambique e a publicação da antologia *Mantenha para quem luta!* (1977), pelo Conselho Nacional de Cultura em Guiné-Bissau.

Dos momentos citados por Fonseca e Moreira (2014) o que nos interessa destacar é a publicação da revista *Claridade*, visto que esta foi publicada em Cabo Verde, e teve Manuel Lopes como integrante do grupo de intelectuais fundadores e ainda foi de extrema importância para o desenvolvimento da literatura cabo-verdiana. As autoras observam que em Cabo Verde o impacto do colonialismo não foi tão drástico quanto nas demais regiões africanas colonizadas por Portugal e isto proporcionou a criação de condições necessárias para o desenvolvimento de uma literatura cabo-verdiana.

Vale ressaltar que, entre 1920 e 1930, já havia uma elite bastante consciente dos problemas que afetavam o arquipélago. Porém, o grande passo para a mudança temática da literatura cabo-verdiana foi dado em 1936 com o lançamento da revista *Claridade*, cujos principais intelectuais responsáveis pela publicação foram Baltasar Lopes, Manuel Lopes e Jorge Barbosa.

*Claridade* iniciada dentro do espaço português do colonialismo foi em Cabo Verde o primeiro e ousado brado de autonomia, no entanto “não se tratava de declaração de guerra, nem se organizava sob a forma de movimentos de libertação, mas [...] continha, na essência, a afirmação nacional, crioula” (MEDINA, 1996, p. 148). Portanto, a partir de *Claridade* opera-se bruscamente uma transformação na poesia cabo-verdiana, pois neste momento os poetas eram homens comuns que tinham os pés fincados na terra, as mãos dadas ao povo da ilha, as “[...] costas voltadas aos modelos temáticos europeus e os olhos pela primeira vez, vigilantes e deslumbrados no chão crioulo” (FERREIRA, 1977, p.35). Assim

Cabo Verde passou a ser o espaço e o ambiente onde as árvores morrem de sede, os homens, de fome, e a esperança nunca morre. O mar passou a ser a estrada da libertação e da saudade, e o marulhar das vagas, a tentação constante, a lembrança permanente do desespero de querer partir e de ter de ficar. A terra, a terra mártir, tornou-se a Mamã que alimenta os filhos; que não morreu, mas jaz adormecida numa migalha de terra no meio do mar. A voz do poeta, agora, é a voz da própria terra, do próprio povo, da própria realidade cabo-verdiana (FONSECA; MOREIRA, 2014, p.5).

O que interessava a Manuel Lopes e seus companheiros da *Claridade* eram “[...] o conhecimento da própria terra, os problemas graves que a atingem, a dignificação dos conterrâneos. A fidelidade ao princípio «fincar os pés na terra» é o horizonte único que norteia a construção da obra de Lopes e a esse horizonte se resume praticamente a sua bibliografia.” (BAPTISTA, 2007, p. 17),

Como podemos perceber as mudanças no campo literário foram muitas a partir da publicação de *Claridade*. Houve o abandono dos temas obrigatoriamente europeus, como vinha acontecendo até aí, a renúncia das estruturas poéticas tradicionais (rima, métrica e outras) e a penetração definitiva no contexto humano do arquipélago: o drama, desalento, tormento, fome, tristeza. Portanto, *Claridade* representa um ponto referencial a uma tomada de consciência de regionalidade entre os escritores cabo-verdianos lançando as bases da nova poesia, posteriormente continuada pelos escritores que participaram de *Certeza* (1944) e *Suplemento Cultural* (1958).

Segundo Gomes (2008), após a independência houve em Cabo Verde uma proliferação de concursos e páginas literárias, boletins mimeografados e novos poetas, com contornos e ideologias diversas. E essa “[...] A Novíssima Geração de poetas divide-se entre as páginas culturais da *Voz di Povo*, a revista *Raízes*, a folha *Sopinha de Alfabeto*, as revista *Ponto & Vírgula*, *Fragmentos*, *Magma*, *Dja d`Sal*, *Seiva*, as folhas *Aurora* e *Podogó*” (GOMES, 2008, p. 137).

Assim como a poesia, a narrativa cabo-verdiana tem ligações diretas com o surgimento de *Claridade*, pois é a partir do surgimento desta que se assume uma temática voltada para a questão social juntamente com a discussão sobre o atraso decorrente do colonialismo. Como destaca Ferreira, “os narradores cabo-verdianos a partir de *Claridade* souberam centrar-se no mundo específico insular e procederam a uma denúncia muito viva da sociedade a que pertenciam.” (1977, p. 63).

Manuel Lopes e os demais claridosos foram criadores desses narradores “sensíveis” às dramáticas dificuldades de Cabo Verde, tanto que os romances de Lopes constituem uma

inserção vigorosa no real cabo-verdiano e por isso é inegável a sua importância na literatura do arquipélago.

É de facto sobre Cabo Verde, sobre o problema do povo de Cabo Verde, que Manuel Lopes conta nos seus livros, mostrando que Cabo Verde não é de forma alguma o jardim das Hespérides, não é o lugar onde os deuses vêm repousar. Pelo contrário, Cabo Verde é uma terra desprezada e esquecida onde os homens lutam desesperadamente contra uma natureza madrasta e vivem na miséria, e morrem de fome [...] (ALMEIDA, 2001, p. 128).

Segundo Monteiro (2013), com a independência ocorrida em 1975 houve um rompimento com os paradigmas claridosos, e a partir daí a literatura cabo-verdiana traçou um novo rumo. Salienta que, na atualidade em vez de grupos estruturados e organizados, o que se tem em Cabo Verde são vozes individuais e dispersas que se apresentam como defensoras de novos modelos literários. Segundo o autor, “o que se verifica é uma nova forma do fazer literário e de encarar a realidade cabo-verdiana. O inconsciente individual, até então praticamente ausente, passa a estar mais presente nesta nova fase da literatura cabo-verdiana.” (MONTEIRO, 2013, p.60).

Em suma, a trajetória da literatura cabo-verdiana pode ser dividida em três grandes períodos: a pré-claridade (caracterizada por uma temática desenraizada); a claridosa (em torno da revista *Claridade*, publicada em 1936); e a pós-claridade (de 1960 à atualidade). “Esta divisão, a mais citada atualmente, fundamenta a importância que a revista *Claridade* exerce no seio da literatura cabo-verdiana, operando como a principal referência da linha divisória da literatura deste país” (MONTEIRO, 2013, p.60).

## 2. MANUEL LOPES: POR UMA POÉTICA CABO-VERDIANA

Conforme considerações de Romano (1979), no “Prefácio” de *Os flagelados do vento lestes*, Manuel Lopes nasceu na ilha de São Antão a 23 de dezembro de 1907. Aos treze anos, mudou-se para Coimbra, local onde realizou seus estudos secundários. Regressou para São Vicente, em 1923, para trabalhar na empresa inglesa *Western Telegraph Company*, seu primeiro emprego. Posteriormente, passou a trabalhar para *Italcabe*, uma empresa de telecomunicações italiana. Entre 1941 e 1943, devido à falência dessa empresa, passou a residir em Santo Antão. Durante esta fase o autor dedicou-se à vida de agricultor e com isto teve um contato direto com os problemas cabo-verdianos. E o que viveu neste período foi essencial para a sua formação como escritor, conforme notas de suas entrevistas:

Ali convivi com os homens da terra, da enxada, do trabalho duro, com os seus dramas reais; para melhor observação o e convivência comprei uma pequena propriedade e construí uma casinha. Cheguei a pegar na enxada para lhes mostrar que também sabia cavar como eles. Criei amigos. Criei amizades e confiança. O período de terrível estiagem que ali passei (ano de 1942) inspirou-me mais tarde *Os Flagelados do Vento Leste*. Talvez para fugir ao gesto de Pilatos (VENÂNCIO, 2001, p. 68).

Em 1944, volta a trabalhar para *Cable and Wireless* (antiga *Western Telegraph Company*), porém é transferido para Açores, Ilha do Faial, onde permaneceu por onze anos, até mudar-se para Portugal. Faleceu em Lisboa, em 25 de Janeiro de 2005.

O escritor Manuel Lopes começou sua carreira publicando os seus primeiros textos literários em 1927 no *Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro*, além disso teve seus textos publicados em diversos jornais de Cabo Verde. Também integrou o grupo de intelectuais fundadores da Revista *Claridade*.

Apesar do seu trabalho jornalístico, em revistas, poesia, contos, ensaios, Lopes ganhou maior destaque no espaço literário com os romances *Chuva Braba* (1956), através do qual recebeu o Prémio Fernão Mendes Pinto e *Os Flagelados do Vento Leste* (1959), Prémio Meio Milénio do Achamento de Cabo Verde. Obras estas que “[...] documentam um momento ímpar de fundação de imagens que fecundarão a cultura e, em especial, a literatura de Cabo Verde, dos anos de 1930 até o nosso século” (GOMES, 2008, p.181).

### 3. OS FLAGELADOS DO VENTO LESTE: POR UMA QUESTÃO REGIONAL

Ao pensarmos em regionalismo cabo-verdiano, nos leva a lembrar do movimento claridoso do qual Manuel Lopes fez parte, já que “[...] os homens da *Claridade* procuraram captar tudo o que lhes parecia ser singularidade da vida cabo-verdiana [...]” (SILVA, 2001, p.124), visando afirmar a identidade regional cabo-verdiana junto da Metrópole e assim lançaram raízes e formaram os novos literatos de Cabo Verde.

Cabe ressaltar que, este regionalismo realizado em Cabo Verde pelos claridosos foi fortemente influenciado pela Literatura Brasileira, principalmente por José Lins do Rego, Graciliano Ramos e Jorge Amado. A afinidade entre a literatura cabo-verdiana e a brasileira tem sido reconhecida por diversos estudiosos que apontam como possíveis razões de identificação não apenas os temas literários, mas também:

o próprio fato de o Brasil ter sido colônia de Portugal e de ter conseguido desenvolver uma literatura chamada *sua*, que retratava sua língua e os problemas locais. Além disso, a língua, as vertentes étnicas, as semelhanças ambientais e os problemas sociais enfrentados pelas ilhas cabo-verdianas e o nordeste brasileiro, particularmente, podem ser pensados como elementos afins entre as duas nações (ASSIS, 2009, p.2).

Parafraseando Anjos (2006), os escritores claridosos importaram do nordeste brasileiro um modelo de literatura, ou seja, o modernismo regionalista, e também um parâmetro de identidade que os distinguiu da cultura lusitana e com a importação do princípio de afirmação regional os claridosos “[...] fazem uma reivindicação de autonomia na produção literária. Começa-se a falar de literatura cabo-verdiana auto-referenciada, sustentada por uma rede de poetas e escritores residentes nas ilhas [...]” (ANJOS, 2006, p.108).

Chiappini (1995) observa que este o regionalismo lido apenas como um movimento fechado em si mesmo num determinado período histórico em que apareceu ou alcançou maior prestígio é empobrecedor, apenas mais um *ismos* entre tantos outros. Assim, o que nos interessa neste artigo é verificar o regionalismo “lido como uma tendência mutável onde se enquadram aqueles escritores e obras que se esforçam por fazer falar o homem pobre das áreas rurais, expressando uma região para além da geografia” (CHIAPPINI, 1995, p. 157). Lembrando que esta tendência tem suas dificuldades específicas sendo que “a maior [...] é tornar verossímil a fala do outro de classe e de cultura para um público citadino e preconceituoso que somente por meio da arte, poderá entender o diferente como eminentemente outro, e, ao mesmo tempo, respeitá-lo como um mesmo: “homem humano”” (CHIAPPINI, 1995, p. 157).

Nesta perspectiva regionalista, a obra *Os Flagelados do Vento Leste* (1959) escrita pelo cabo-verdiano Manuel Lopes, na qual o regionalismo é percebido como uma corrente atemporal que não exclui o universalismo da obra, ao mesmo tempo em que identifica as especificidades da paisagem, da estrutura e organização da sociedade cabo-verdiana, seus costumes, gastronomia, música, forma de falar como tradução para construção da identidade cabo-verdiana.

Segundo Monteiro (2013) a leitura das obras de Manuel Lopes nos possibilita compreender a “alma crioula”, da luta pela sobrevivência humana num ambiente adverso a própria vida. E isto é possível porque para Lopes a representação literária da realidade crioula tinha fundamentalmente o objetivo de “[...] dar a conhecer ao mundo as desgraças que atormentam os seus irmãos ilhéus” (MONTEIRO, 2013, p. 87). E assim, consciente da

necessidade de escrever sobre a realidade cabo-verdiana, Lopes publica em 1959 *Os Flagelados do Vento Leste (OFVL)*.

Segundo Romano (1979), nesta obra, Manuel Lopes procurando o caminho da dignidade para seu povo através do tratamento dos temas locais, consolidando a imagem do homem rural, de sobreposições humanas. Assim sendo, em *OFVL*, Lopes apresenta ao leitor um painel da difícil realidade cabo-verdiana a que são submetidos os habitantes de Santo Antão, vítimas de confinamento insular e dos fenômenos naturais que afligem a região.

O romance é dividido em duas partes. Na primeira delas há três capítulos: Chuva, Lestada e Os flagelados. A primeira parte tem início no mês de setembro, período em que José da Cruz e seus companheiros, que vivem no universo rural da ilha de Santo Antão, realizam a sementeira em pó na esperança que a chuva chegue. Esta chegará como uma espessa cortina de água, devastadora, danificando os cultivos e as construções, porém mesmo com toda a destruição causada, esta será bem recebida por continuar renovando as esperanças dos flagelados.

Em novembro, ocorre a lestada que assola a terra cultivada, fato que causa grande desânimo na população e o êxodo desta para região da estrada do Porto. A personagem José da Cruz, diferentemente da maior parte da população recusa-se a partir e com isso começa a desfazer-se de seus bens para poder se alimentar. Essa primeira parte termina em fevereiro com a seca, a fome e o desespero, definitivamente expulsando os moradores da região de Terranegra (parte central da ilha), só sobrando José da Cruz que mais tarde também acabará por abandonar suas terras, depois das mortes dos filhos Mochinho, Lela e Jó e da esposa Zepa.

Na segunda parte há, assim como na primeira, três capítulos: Romance na montanha, Estrada e O crime. Nesta o espaço central será a montanha e a estrada do Porto, local para qual os flagelados iam trabalhar em troca de comida. Na montanha vive Leandro (filho de José da Cruz com a primeira esposa) que deixara de ser pastor e tornara-se um mascarado, assaltante de caravanas de jornadeiros, e sua companheira. Ao longo da segunda parte Leandro comete inúmeros assaltos para promover sua subsistência, porém ao fim do romance é acusado injustamente de ter cometido um crime, sofre um linchamento e ao tentar retornar para montanha acaba morrendo devido à gravidade de seus ferimentos.

Para iniciarmos a identificação das peculiaridades cabo-verdianas tratadas por Lopes em *OFVL* começaremos por observar uma das particularidades de Cabo Verde que é

anunciada por Lopes já no título do romance, ou seja, a atuação dos ventos, principalmente o vento leste.

Cabo Verde é constituído por dez ilhas, sendo uma delas a de Santo Antão focalizada por Lopes em *OFVL*. O arquipélago “[...] situa-se numa posição geográfica privilegiada entre o Norte e o Sul, o Ocidente e o Oriente, na rota das grandes linhas de navegação e de comércio marítimo” (MADEIRA, 2014, p.2). E devido a esta posição sofre com a ação dos ventos Harmatão (Lestada ou suão), Nordeste, ventos secos oriundos do deserto africano, inimigos da chuva e, portanto, responsáveis pelas estiagens da região; e o Monção, que carregado da umidade do Atlântico Sul é responsável pela possibilidade de chuva.

Em *OFVL* Lopes vai retratar a presença desses três ventos, no entanto o autor se vale, na maior parte do romance, do retrato do vento leste, o grande causador das secas. Como se percebe no fragmento extraído da obra:

Por onde passava, deixava manchas de amarelo-torrado, folhas doiradas dançando nos ares e um cheiro irrespirável a pimenta em pó. Os milharais agitavam-se aflitivamente, como pedindo socorro aos homens. Os feijoeiros e as aboboreiras, desamparados, acenavam os compridos caules quase despidos de folhas. Estas eram continuamente arrancadas e levadas no turbilhão. Redemoinhos de poeira vermelha dançavam a sua dança de roda, aqui e ali (LOPES, 1979, p.93-94).

Portanto, desde o título Lopes já leva o leitor ao conhecimento das especificidades climáticas de Cabo Verde além de já antecipar para este através do substantivo flagelado (indivíduos vítimas de calamidades) o aceno da tragédia que se instaura na narrativa. Além dos aspectos climáticos Lopes também procura mostrar a descrição da natureza da região e as mudanças que ocorrem nesta devido à falta de chuva e ação dos ventos. Para sinalizar esta mudança paisagística, Lopes usa como recurso narrativo a mudança de tom do discurso. No período de chuva e esperança o narrador utiliza para descrever a região um estilo lírico, alegre, cheio de metáforas.

[...] o Sol peneirando chispas num céu cor-de-cinza; a luminosidade tão intensa que trespassava as montanhas, descoloria-as, fundia-as na atmosfera espessa e vibrante. [...] A canícula passeava os campos pelados. Aragem preguiçosa descia, de raro a raro, em curtos vagabundeios, dos cimos da serra, redemoinhava à roda das casas e dos arbustos esguedelhados, roçava a poeira vermelha do chão puído que flutuava aquecida pelos raios do sol, impregnando a atmosfera de um odor a colorau ardido (LOPES, 1979, p. 12).

Já no período de seca e desanimo, o narrador utiliza um estilo triste, seco e objetivo, como se pode observar no trecho: “[...] no extremo da linha do mar, o Sol parecia uma

enorme laranja tombada de podre, mergulhando num charco. As nuvens no horizonte ardiavam como braseiro dum rescaldo [...]; vento rijo de fevereiro descia das montanhas rasando livremente os campos nus” (LOPES, 1979, p.148).

A Lua que no momento de esperança faz com que Zepa se sinta leve e confiante, já não é a mesma no tempo da seca, pois torna-se indiferente aos sofrimentos da personagem, como podemos ver em “[...] a Lua apontou por cima das montanhas derramando por sobre os caminhos a sua claridade indiferente. Zepa gemia pelos cantos como cachorrinho friorento” (LOPES, 1979, p. 140).

O que podemos notar também é que conforme a natureza vai se modificando os homens também vão se comportando de modo diferenciado, ou seja, o retrato físico e psicológico do homem modifica-se conforme ocorrem as mudanças climáticas. Antes da chuva:

À medida que o sol se movia no espaço, desde que apontava por cima das montanhas até desaparecer na linha longínqua do mar, e a sombra girava de cunhai a cunhai, as famílias iam mudando os mochos à roda das suas casas(...). Nem os homens, nem as mulheres, nem os meninos, nem os bichos se afastavam da sombra da morada. O silêncio pesava. As vozes calavam-se. A conversa já não interessava (LOPES, 1979, p. 13).

Depois da chuva: “Já se ouviam brados de lombo a lombo, de casal a casal — esses brados que haviam desaparecido com a falta de coragem do povo. Agora o povo acordava contente e cheio de confiança. Abriam a garganta aqui e ali como galos desafiando-se.” (LOPES, 1979, p. 33).

Assim, fica claro que a chuva além de trazer condições de sobrevivência física, também influencia na condição psíquica dos personagens. Ainda, segundo Spínola (1998), a chuva é ouro em Cabo Verde, pois o povo cabo verdiano depende desta para assegurar as colheitas, portanto “[...] a chuva nada mais é para cabo-verdiano senão a seiva da vida, o âmago da razão do seu estar no mundo. É o meio supremo pelo qual consegue chegar à felicidade, almejada por todos, daí constituir-se no depositário de todo o seu sonho e esperança” (SPÍNOLA, 1998, p.51).

Lopes vai retratar em *OFVL* justamente o tema da chuva como a grande depositaria da esperança dos santonenses. Já nas primeiras páginas do romance é possível perceber o quão grande e forte era a esperança dos personagens pela vinda da chuva.

Todos os anos era assim: a esperança descia em socorro daqueles que tinham o medo na alma; por isso ela era a última luz a consumir-se. Sim, a chuva chegaria um dia. Esperavam por ela como se espera pela sorte, no jogo. Se

não viesse, a alternativa seria apertar o cinto, meter a coragem no coração para a luta, como qualquer homem pode fazer quando cai no meio da borrasca. Já estavam habituados. Vinha de trás, de longe, esta luta. Esperavam sempre: até o último momento. Até mesmo para lá do último momento (LOPES, 1979, p. 13).

Segundo Spínola (1998) há uma série de teorias que envolvem certo misticismo sobre a vinda da chuva em Cabo Verde. Uma delas é a de que os anciões, portadores de certa sabedoria são capazes de ler no céu os indícios da chuva a partir da conjugação da estrela de Alva com a lua, dizendo se há ou não a chuva, “[...] mas essa previsão tem mais a função de animar o povo, incuti-lhe esperança, do que propriamente expressar uma realidade observada e verídica” (SPÍNOLA, 1998, p. 51).

Assim como, Lopes evidencia costume cabo-verdiano em ler a natureza para prever a chegada da chuva, principalmente através de José da Cruz, que arraigado numa fé desmedida incentiva os outros lavradores a realizar a sementeira do milho. O fragmento seguinte mostra uma conversa entre os compadres José da Cruz e João Felícia e exemplifica perfeitamente a existência deste ritual tão comum em Cabo Verde.

- Eh compadre, bom dia. Que cedura é esta? Pensava mesmo em ocê nesta agorinha assim. Tava a olhar aqueles farrapinhos de névoa na linha do mar e a perguntar e a perguntar para mim: que é que compadre Isé diz daquilo?  
- Pois eu vi também. Mas aquelas névoas não me dizem nada enquanto o vento não rondar pr’aquelas bandas. Não vejo sinal do vento rodar. Mas o que digo ocê é que sinto o ar molhado a roçar-me a pele. Venha donde vier, o tempo tá a tomar caminho (LOPES, 1979, p. 17-18).

Outra peculiaridade cabo-verdiana tratada por Lopes em *OFVL* é o retrato da sociedade rural. Em Cabo Verde “de 1890 até a metade do século XX o povo exercia a atividade agrícola nas ilhas, que se baseava na plantação de semente de milho, feijão, mandioca, café e o cultivo de cana-de-açúcar [...]”. (GUIMARÃES, 2006, p. 51).

Guimarães (2006) também observa os diversos problemas enfrentados pelos cabo-verdianos, entre eles: a falta da chuva, as pragas de gafanhotos, a própria chuva que inundava a terra e o vento leste, que era fortíssimo. Todos esses problemas geram a pobreza dessa sociedade agrícola. Assim, Lopes apresenta o drama de José da Cruz (e sua família) e dos demais agricultores de Santo Antão que vivem ora em meio à escassez de água que conseqüentemente provoca improdutividade da terra ora em meio a abundância de água que chega depois de longa estiagem arrasando toda a plantação e inundando toda a terra, ora lutando contra os ventos e as pragas que assolam a região. Para isso o autor se vale de

descrições espaciais dos ambientes e calamidades registrando e comprovando os problemas reais de Cabo Verde e a extrema dificuldade da vida dos santonenses. Como podemos observar num trecho da carta de Maria Alice para a irmã:

Não queiras nunca ver. O medo pintado na cara de toda a gente, pais e mães de filhos principalmente, no terror da fome que a lestada, e agora a falta de chuva, ameaçam. Depois da lestada vieram os gafanhotos; não te contei? (...). Nunca viram lestada, gafanhotos e estiagem descerem ao mesmo tempo sobre a ilha, e afirmam que estas três calamidades juntas são o sinal do fim do mundo (LOPES, 1979, p.119-120).

No decorrer do romance o narrador vai gradativamente narrando o agravamento da situação vivenciada pelos santonenses, passando da esperança da chuva para os problemas com excesso desta, depois para a seca e as calamidades que se instalam na região, levando o leitor a conhecer as tragédias que assolam o arquipélago.

Outras características da organização da sociedade rural cabo-verdiana que podemos observar em *OFVL* são o chamado sistema de arrendamento e a sementeira. No sistema de arrendamento, existia a figura do latifundiário, portanto, boa parte do que o pequeno agricultor produzia era para pagar a terra utilizada, sobrando só o suficiente para alimentar a própria família.

Em *OFVL*, Jaime Álvaro é o proprietário das terras em que José da Cruz trabalha como meeiro, ou seja, uma parte da produção realizada pelo agricultor pertencia ao dono da terra: “Às vezes Nhô Jaime Álvaro, da Ribeira das Patas, dono de parte das terras que José da Cruz trabalhava a meias, vinha a uma vista de olhos aos seus domínios – possuía outras trinchas importantes no Cidrão – ou mandava o filho.” (LOPES, 1979, p.41).

Sobre a sementeira Daniel Spínola diz que em Cabo Verde quando se tem as primeiras chuvaradas entre agosto e setembro “todos os camponeses batem nas enxadas e vão à sementeira. Enquanto abrem as covas, as mulheres seguem-lhes deitando as sementes nas mesmas – milho, fava, feijões, que de imediato cobrem com terra, num movimento ágil dos pés.” (SPÍNOLA, 1998, p. 49).

Spínola (1998) também acrescenta que outros camponeses mais corajosos semeiam antes mesmo da chuva chegar, no entanto isto constitui um perigo enorme, porque muitas vezes a chuva pode demorar muito, fazendo com que as sementes apodreçam nas covas, ou a chuva pode ser muito forte o que acaba por entupir as covas e fazer com as sementes não se desenvolvam. Madeira em *O processo de construção da identidade e do estado-nação em Cabo Verde* (2014, p. 13) salienta que, “desde a preparação do terreno até ao período da

colheita, amigos, vizinhos e familiares, numa atitude de solidariedade, juntam-se para a prática da sementeira, e este acto é denominado entre os cabo-verdianos de “*Djuntamô*”.”

Assim todas as atividades relacionadas às sementeiras são feitas em sistema de *djuntamô* (ajuntar as mãos). Cada pessoa ajuda seis ou sete outras a semear, a colher, garantindo assim a ajuda delas para quando chegar a sua de vez realizar as mesmas tarefas.

Em *OFVL*, apesar da incerteza quanto à vinda da chuva, José da Cruz assim como os “camponeses mais corajosos” de que nos fala Spínola, decide iniciar a sementeira em pó, ou seja, plantar antes mesmo da chegada da chuva e começa o trabalho com a ajuda da esposa, filhos e os companheiros João Felícia e Manuelinho, o que configura o sistema de *djuntamô*, fato que podemos observar no fragmento abaixo:

Começou pela Terra-negra, a chã da roda da casa. Ele adiante preparando as covas, o Mochinho picando covachos com a enxadilha a meia altura da terra puxada pelo pai, e Zepa no coice deitando os quatro grãos de milho nos covachos e enterrando-os com o pé. João Felícia assomou, vindo do Lombinho, empunhando a enxada. Manuelinho deixou o Curralete, atravessou o Ribeiro Seco e incorporou-se, com o João Felícia, nos trabalhos do vizinho. Quarta e meia é o que pedia a totalidade dos terrenos a cargo do José da Cruz: a Terra-negra, a Chãzinha, diante do caminho para lá das charuteiras, e a Covoada que fazia um recôncavo na margem direita do ribeiro, incluindo a cinta que ligava a Chãzinha ao melador, e que servira de levada, outrora, no tempo em que o melador fornecia água com fartura para regas. Um mundo de terras, e das boas. Zepa reservara dois alqueires de milho para a manutenção da família até que, com as chuvas, surgisse trabalho a pagamento para o marido (LOPES, 1979, p.22).

Depois da sementeira o agricultor cabo-verdiano “[...] têm de pôr um guarda para espantar os corvos, que tiram as sementes das covas e os pardais que comem as folhagens tenras recém-nascidas”. (SPÍNOLA, 1998, p.49). Lopes também vai retratar essa outra dificuldade do cabo-verdiano, ou seja, proteger suas plantações dos temidos corvos: “A cada bicada circunvagavam a cabeça num rápido movimento, metiam as garras no chão, puxavam a terra com o bico e, num abrir e fechar de olhos, os quatro grãos de cada cova entravam-lhes no papo guloso e sem fundo” (LOPES, 1979, p.48).

No trecho abaixo podemos verificar que a proteção da plantação fica a cargo das crianças, fator corriqueiro em Cabo Verde. Como registra Inácio: “às crianças é confiado o trato dos animais e tarefas simples como calafetar o curral, mas a sua principal ocupação é a guarda dos corvos, um trabalho duro, detestado, mas não contestado, pois o valor da disciplina prevalece [...]” (2011, p. 47). Observa-se na obra:

Os meninos trabalhavam do romper do dia à hora do recolher dos corvos. Mochinho e Lela eram empurrados da tarimba ainda tontos de sono. Matavam

o jejum com uma racha de batata assada fria e meia caneca de leite, às vezes cachupa guisada, ou, de raro em raro, café de ervilha-congo com mel e cuscuz; muniam-se das fundas e seguiam para os seus postos. Lela encarrapitava-se no "patamar" erguido no meio da Chãzinha, merada do lado de lá do caminho. (...) A guarda aos corvos era o ofício mais importante da meninada, durante a quadra das sementeiras, e mais tarde, quando começavam a formar-se as primeiras espigas, até às colheitas; ofício espinhoso e cheio de responsabilidades que a petizada detestava (LOPES, 1979, p.46).

Através de Mochinho, Lela e Jó, Manuel Lopes retrata o trabalho infantil no meio agrícola, situação comum em Cabo Verde, principalmente durante a sementeira. De acordo com Baptista (2007), devido a este trabalho, as crianças ficavam restritas ao acesso a uma escolarização mínima.

Além do retrato da sociedade rural em *OFVL*, Manuel Lopes também registra poeticamente a culinária, a música, e o crioulo já que estes “são três aspectos da cultura cabo-verdiana, mais comumente, usados como caracteres significativos da especificidade, da identidade e autonomia culturais do arquipélago” (ALMADA, 2006, apud GOMES, 2012, p. 2). Assim como as demais manifestações culturais do Arquipélago a culinária de Cabo Verde resultou da convergência dos hábitos alimentares herdados dos africanos e dos europeus, originando uma culinária local diversificada na sua confecção e preparo, e baseada em pratos típicos, preparados principalmente a partir do “milho e do feijão, da batata-doce e da mandioca, que resultaram de uma adaptação, ao longo do tempo, ao clima” (MADEIRA, 2014, p. 12).

Dentre estes alimentos o milho tem uma importância fundamental para sociedade cabo-verdiana desde a sua origem até a atualidade. O milho foi levado da América do Sul para Cabo Verde no século dezesseis inicialmente para servir de alimentação de escravos e dos animais, porém não fazia parte da alimentação dos senhores “[...] que compraziam-se em satisfazer seus hábitos alimentares, importando alimentos da Europa, nomeadamente o centeio, a cevada, a castanha, o trigo, o azeite” (ALMADA, 1998, p. 66). Mesmo após a desestruturação da sociedade escravocrata o milho tornou-se “matéria-prima” para a culinária africana, e com o passar do tempo passou a compor a alimentação de todos os cabo-verdianos independentes de sua classe social. E mais do que simplesmente fazer parte da gastronomia de Cabo Verde, foi a partir do milho, “[...] este produto, aparentemente pobre, que o Cabo Verdiano abandonado face à inospitalidade da terra, inventou formas (por vezes impressionantes) de sobreviver.” (ALMADA, 1998, p.70).

O milho é, portanto, utilizado na confecção de alimentos, como a cachupa, prato verdadeiramente nacional, e outros derivados como as papas de milho, o rolão, o xerém, camoca, cuscuz, etc. Em *OFVL* podemos observar que a família de José da Cruz se alimenta com milho em diferentes partes do dia e de diferentes formas. Geralmente comem durante a manhã uma racha de batata assada frita ou bolo de camoca (milho torrado e moído muito fino) com meia caneca de leite, às vezes um prato de cachupa guisada (prato feito à base de milho e feijão) e raramente café de ervilha-congo com mel e cuscuz. No almoço, comiam papa-rolão (papa feita com a parte menos fina da farinha de milho) com soro de leite e durante a noite um caldo de cachupa, “o Jô às vezes mastigava no dia seguinte os grãos de milho da cachupa esquecidos no canto da boca” (LOPES, 1979, p.49).

A cachupa, prato típico cabo-verdiano, pode ser confeccionada de duas maneiras. A primeira, a qual os cabo-verdianos chamam de cachupa *rica* é feita com milho, feijão, condimentos diversos, chouriço, entrecosto, carne de vaca e de galinha, tomate, batata-doce, mandioca, banana verde, inhame. Na segunda, chamada de cachupa *pobre*, prepara-se apenas um refogado com cebola, azeite ou banha e alho, no qual são deitados feijões, milho e sal.

Em *OFVL* Manuel Lopes utiliza justamente a imagem da cachupa pobre para sintetizar a miséria proveniente da seca.

Por essa altura do ano, as restrições eram severas. Um litro de milho, que devia sobejar para o guisado do dia seguinte, uma mãozinha de feijão, uns picadinhos de cebola e uma medida magra de banha — tal era a composição da cachupa da família. Jantaram, como de costume, antes do sol cambar (LOPES, 1979, p.93).

Em relação às bebidas típicas cabo-verdianas, Gomes (2012) destaca a cana sacarina, cujas mudas vieram da ilha da Madeira. Esta foi introduzida na ilha de Santiago e posteriormente se estendeu em finais do século dezessete às ilhas de São Nicolau e Santo Antão, passando a ser predominantemente usada na fabricação de grogue. Em *OFVL*, Lopes faz referência ao grogue, como podemos ver no trecho “[...] Mocinhas bebem leite se quiserem, os homens bebem grogue. Grogue é só pra homens. Mas tem moças que metem grogue no corpo coma homem” (LOPES, 1979, p.122). Também a outras bebidas típicas do arquipélago como o leite, café de ervilha-congo, mata-calor, cana alambicada e tira canseira.

Outra especificidade cabo-verdiana retratada por Lopes é a musicalidade, mais especificamente a morna, que é uma canção popular do arquipélago. Segundo Madeira, “a música cabo-verdiana, que numa perspectiva identitária surge como veículo privilegiado da

divulgação, afirmação e expressão da identidade, ou seja, da cabo-verdianidade. Resultou numa convergência dos traços musicais europeus e africanos.” (2014, p.11)

Entre as diversas manifestações musicais cabo-verdianas (como a coladeira, o funaná, o finason, o batuque, a tabanca), a morna configura-se como um fator de identificação entre as ilhas e um “traço de união dos cabo-verdianos espalhados pelo mundo” (GOMES, 2008, p.149). Surgida provavelmente entre os séculos XVIII e XIX, a morna está presente em todas as ilhas que formam o arquipélago e a sua origem foi e tem sido objeto de atenção de vários estudiosos como Baltazar Lopes, Aurélio Gonçalves, Jorge Monteiro, Félix Monteiro, Manuel Ferreira, Eutrópio Lima da Cruz e Vasco Martins.

Gomes observa que os escritores crioulos “têm utilizado sobejamente o intercâmbio com modalidades musicais identitárias como recurso para expressar a cabo-verdianidade.” (2012, p.14). E devido a sua importância a representação da morna está muito presente na ficção cabo-verdiana.

De acordo com Grecco (2011), desde *Claridade* Manuel Lopes busca trabalhar com tema da morna, ressaltando a importância desta para a construção da identidade cabo-verdiana. Em *OFVL* Manuel Lopes une à morna, o grogue, e o milho, ícones da cabo-verdianidade, para expressar via texto literário a época de abundância das chuvas e a importância desta para os flagelados.

Anos de boas águas! Santo André. Festa de Santo André no Norte. Você não conhece? Tempo é frio, mas tem grogue. Bonitas espigas de milho. Tome você uma espiga de milho assado. Veja você. Milho-leite. Milho cozido, uma pouquinho de sal. Temos também papa. [...] Você vai experimentar papa de milho verde ralado, com leite, e diga depois se é de mangação. As cabras dão muito leite neste tempo, sabe você? Leite sem destino. Festa de Santo André no Norte. Vamos dançar também. Morna é cura de reumatismo. Roncam tambores nos terreiros, é uma tal trabuzana! Tocam violas e rabecas (LOPES, 1979, p.122).

O modo de falar e as vestimentas, características da ilha, também aparecem no romance e ajuda a traçar o retrato do povo de Santo Antão. Segundo Gomes (2012) o crioulo criou-se em Cabo Verde como língua de emergência, para ser usado como instrumento de comunicação entre os diferentes contingentes populacionais que participaram no povoamento do arquipélago e também entre estes escravizados e os colonizadores portugueses.

Nascido da necessidade de comunicação entre os escravos de diferentes etnias e os colonizadores o crioulo por muito tempo manteve o estatuto desprestigiante de dialeto ou linguajar. Atualmente, o crioulo “tem estatuto de língua nacional (ao lado da língua oficial

portuguesa, usada para fins internacionais e administrativos) e comprova o triunfo generalizado, em Cabo Verde, de expressões mestiças de raízes afro-negras” (GOMES, 2012, p. 4). Portanto, para inúmeros estudiosos da cultura cabo-verdiana o crioulo é o principal elemento identitário do cabo-verdiano e, conseqüentemente, um dos fatores mais importantes da cabo-verdianidade.

Em *OFLV* Lopes dedica-se em retratar as situações comunicativas dos habitantes de Santo Antão, transferindo ao texto a oralidade do cabo-verdiano, assumindo e valorizando a língua crioula, como se observa no fragmento a presença da oralidade na obra:

- Eh, comadre, bom-dia. Que cedura é esta? Pensava mesmo em ocê agorinha assim. Tava a olhar aqueles farrapinhos de névoa na linha do mar e a perguntar pra mim: que é que compadre Isé diz daquilo?
- Pois eu vi também. Mas aquelas névoas não me dizem nada enquanto o vento não rodar pr'aquelas bandas (LOPES, 1979, p.17).

Quanto às vestimentas características da ilha o que podemos verificar na obra é que os homens, sempre se vestem com calças compridas, usam o cinto de carrapato e a bainha de cabedal para guardar a faca, adornos que os distinguem das crianças, pois simbolizam emancipação e responsabilidade. Já as mulheres sempre aparecem na narrativa vestidas com mandrião, saia arrastadeira e um lenço amarrado à cabeça.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Manuel Lopes, autor consagrado como uma das presenças mais marcantes na literatura de Cabo Verde, juntamente com os demais claridosos propuseram uma renovação na literatura deste país a partir da conscientização do valor do homem cabo-verdiano e do rompimento com os modelos europeus de escrita.

Através da família rural cabo-verdiana, uma das aglomerações humanas mais sujeitas ao flagelo da seca nos últimos séculos, Lopes fala da luta secular de seu povo pela sobrevivência. Com valorização das especificidades locais e do modo de vida do cabo-verdiano Lopes afirma a identidade do seu país, adquirindo sua universalidade e com isso consegue chegar a tantos outros países por meio das traduções, já que o romance possui traduções russas, ucranianas, duas edições brasileiras e uma edição francesa, e até adaptação cinematográfica, dirigida por António Faria (1987), fatores estes que reforçam a caráter universal da obra.

Em suma *Os Flagelados do Vento Leste* é uma obra regionalista na medida em que apresenta ao leitor às especificidades da paisagem, da estrutura e organização da sociedade cabo-verdiana, seus costumes, gastronomia, música, forma de falar do cabo-verdiano e universal na medida em que Lopes coloca em primeiro plano em seu romance, através de seu trabalho estético, a preocupação com o retrato do cabo-verdiano e seus problemas existenciais deixando para o segundo plano a denúncia dos problemas do arquipélago.

## REFERÊNCIAS

- ALMADA, José Luís Hopffer. “O papel do milho na simbolização da identidade cultural do Cabo-Verdiano”. In: VEIGA, Manuel (Org.). **Cabo Verde: insularidade e literatura**. Paris: Karthala, 1998, p. 63-80.
- ALMEIDA, Germano. “Manuel Lopes: um homem comprometido”. In: MAIA, Armandina Maria (Coord). **Manuel Lopes: rotas da Vida e da Escrita**. Lisboa: Instituto Camões, 2001.
- ANJOS, José Carlos Gomes dos. **Intelectuais, literatura e poder em Cabo Verde: lutas de definição da identidade nacional**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2006.
- ASSIS, Maria Isabel Azevedo. “Os Flagelados do Vento Leste e Vidas secas: o espelho da realidade social e psicológica dos ambientes e sua gente como um laço entre a literatura brasileira e a cabo-verdiana”. **Revista Crioula**, [S.l.], n. 6, nov. 2009. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/crioula/article/view/54982>>. Acesso em: 01 abr. 2015.
- BAPTISTA, Maria Luisa. **Vertentes da Insularidade na Novelística de Manuel Lopes**. 2007. 224 fls. Dissertação (Mestrado em Literaturas Românicas Modernas e Contemporâneas) - Universidade do Porto, Porto, 2007.
- CHIAPPINI, Ligia. **Do beco ao belo: dez teses sobre o regionalismo na literatura**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 8, n. 15, 1995, p. 153-159.
- FERRERIA, Manuel. **Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa - I**. Portugal: Instituto de Cultura Portuguesa, 1977. V. 6.
- FONSECA, Maria Nazareth Soares; MOREIRA, Terezinha Taborda. **Panorama das literaturas africanas de língua portuguesa**. Disponível em<[http://www.ich.pucminas.br/posletras/Nazareth\\_panorama.pdf](http://www.ich.pucminas.br/posletras/Nazareth_panorama.pdf)>. Acesso em: 03 out. 2014.
- GOMES, Simone Caputo. **Cabo Verde: Literatura em chão de cultura**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.

GOMES, Simone Caputo. **Cabo Verde: Literatura, Culinária e música**. 2012. Disponível em: <[http://www.siala.uneb.br/pdfs/VSIALA/mesas/simone\\_caputo\\_gomes.pdf](http://www.siala.uneb.br/pdfs/VSIALA/mesas/simone_caputo_gomes.pdf)>. Acesso em: 01 abr. 2015.

GRECCO, Miraz de Freitas. **O amor mestiço nas modinhas e nos lundus de Domingos Caldas Barbosa (1740-1800) e nas mornas de Eugénio Tavares (1867-1930)**. 2011. 197 fls. Dissertação (Mestrado em Letras - Área de Conhecimento Literatura e Vida Social) - Universidade Estadual Paulista, Assis.

GUIMARÃES, Márcio Luiz da Silva. **Cabo Verde entre a imagem e a palavra: leituras de O testamento do sr. Napumoceno**. 2006. 121 fls. Dissertação (Mestrado em Estudos de Literatura) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

INÁCIO, Maria Manuela Fontes. **Vidas Secas e Os Flagelados do Vento Leste: Veredas da seca e da fome**. 2011. 85 fls. Dissertação (Mestrado em Ensino de Português Língua Segunda / Língua Estrangeira) - Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

LOPES, Manuel. **Os Flagelados do Vento Leste**. São Paulo: Editora Ática, 1979.

MADEIRA, João Paulo. **O processo de construção da identidade e do estado-nação em Cabo Verde**. Revista Científica Vozes dos Vales, Minas Gerais, v. 3, n. 6. p. 1-23, out. 2014.

MEDINA, Cremilda. “Povo e personagem”. In: \_\_\_\_\_. **Povo e personagem**. Canoas: Editora da Ulbra, 1996. p. 35-209.

MONTEIRO, Adilson Emanuel Vieira Varela. **A claridade e a assunção da realidade cabo-verdiana: Os flagelados do vento leste, do claridoso Manuel Lopes, entre a ficção e a realidade do arquipélago**. 2013. 124 fls. Dissertação (Mestrado em Estudos Portugueses) - Universidade Autónoma de Lisboa, Lisboa.

NEVES, António Loja; MAIA, Maria Armandina. “A entrevista”. In: MAIA, Armandina Maria (Coord.). **Manuel Lopes: rotas da vida e da escrita**. Lisboa: Instituto Camões, 2001.

RAMOS, António Manuel. **Conflitos de Identidades em Cabo Verde: Análises dos casos de Santiago e São Vicente**. 2009. Dissertação (Mestrado em Estudos Africanos) – Universidade do Porto, Porto.

ROMANO, Luís. “Prefácio”. In: LOPES, Manuel. **Os Flagelados do Vento Leste**. São Paulo. Editora Ática, 1979.

SANTILLI, Maria Aparecida. “Três literaturas distintas”. In **Estórias Africanas História e Antologia**. Série Fundamentos. São Paulo: Ática, 1985.

SILVA, António Correia. “Manuel Lopes e a História do pensamento sobre as fomes”. In: MAIA, Armandina Maria (Coord.). **Manuel Lopes: rotas da Vida e da Escrita**. Lisboa: Instituto Camões, 2001.

SPÍNOLA, Daniel. “Sementeira, chuva e seca”. In: VEIGA, Manuel (Org.). **Cabo Verde: insularidade e literatura**. Paris: Karthala, 1998, p. 47-56.

VENÂNCIO, José Carlos. **Literatura e poder na África Lusófona**. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1992.

Data de recebimento: 04/07/2015

Data de aprovação: 10/12/2015